



BROCHIER - RS

Lei nº 1.998/2025

Categoria: Leis Ordinárias

Secretaria: Administração e Fazenda

Data de Publicação: 18 de dezembro de 2025

LEI Nº 1.998, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Brochier para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco



BROCHIER - RS

centavos).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS

Código da Receita	Especificação	Orçamento fiscal	Seguridade Social	Total
RECEITAS CORRENTES (A)		R\$ 42.925.545,40	R\$ 3.380.000,00	R\$ 46.305.545,40
1.1.0.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	R\$ 3.739.452,00		R\$ 3.739.452,00
1.2.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Contribuições	R\$ 1.000.000,00	R\$ 870.000,00	R\$ 1.870.000,00
1.3.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Patrimonial	R\$ 741.271,00	R\$ 2.450.000,00	R\$ 3.191.271,00
1.4.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Agropecuária			R\$
1.5.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Industriais			R\$
1.6.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Serviços	R\$ 1.161.910,00		R\$ 1.161.910,00
1.7.0.0.0.00.0.0.00	Transf. Correntes	R\$ 36.184.516,40		R\$ 36.184.516,40
1.9.0.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Corr.	R\$ 98.396,00	R\$ 60.000,00	R\$ 158.396,00
RECEITAS DE CAPITAL (B)		R\$ 178.519,05	R\$	
2.1.0.0.00.0.0.00	Oper. de Crédito			R\$
2.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00
2.3.0.0.00.0.0.00	Empr. Concedidos			R\$
2.4.0.0.00.0.0.00	Transf. de Capital	R\$ 168.519,05		R\$ 168.519,05
2.9.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Capital			R\$
RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS (C)		R\$	R\$ 2.049.000,00	R\$ 2.049.000,00
7.2.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Contribuições		R\$ 1.347.000,00	R\$ 1.347.000,00
7.3.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Patrimonial			R\$
7.9.0.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Corr.		R\$ 702.000,00	R\$ 702.000,00



BROCHIER - RS

RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS (D)

8.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens
8.3.0.0.00.0.0.00	Empr. Concedidos
8.9.0.0.00.0.0.00	Outras Rec. Capital

	R\$	R\$	R\$
(-) Deduções da Receita (E)	R\$		
	5.525.914,80	R\$ 65.000,00	R\$ 5.590.914,80
TOTAL= A+B+C+D-E	R\$	R\$	R\$
	37.578.149,65	5.364.000,00	42.942.149,65

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 37.758.149,65 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e sessenta e cinco centavos);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 5.364.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro reais).

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 1.983, de 22 de setembro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I - Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:



BROCHIER - RS

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 26 da Lei Municipal nº 1.983/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;

b) incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

c) excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II - Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

I - de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 - Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 - Sentenças Judiciais;

III - dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

Art. 10 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.



BROCHIER - RS

Art. 11 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no art. 1º, da Lei Municipal nº 1.983/2025 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13 O Poder Executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), por Decreto Municipal.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

JOSÉ HENRIQUE DAPPER
Prefeito Municipal

Registre-se, e Publique-se:

Data Supra.

ANÉSIO SILVIO SCHERER

Secretário Municipal Administração e Fazenda

Anexos

<http://brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6611/RWdZS6g9iwOERP9N5TmesUtBY3SvMW3F.pdf>
http://brochier.rs.gov.br/uploads/legislacao/6610/N08ECDbwH_N5NAz7z-Q28QLjMACfS4qb.pdf